

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 872 - de 14 a 27 de agosto de 2020

“Todos eles têm que sair, e, quando dizemos todos, significa todos!”



Libano, 8 de agosto

Depois de 21 dias de greve, os 747 trabalhadores da Renault são readmitidos



JR do PT organiza plenária nacional

Na discussão a luta pelo futuro dos jovens e o fim do governo Bolsonaro

A Juventude Revolução do PT convida uma plenária a ser realizada de forma virtual nos dias 19 e 20 de setembro com delegados eleitos nos diversos núcleos pelo país (ver <http://juventuderevolucao.com.br/>). Reuniões preparatórias já estão ocorrendo com jovens dispostos a resistir e lutar. A juventude quer respirar, mas Bolsonaro a sufoca. Por isso cresce a rejeição ao governo entre a juventude. Defender os direitos que estão sendo atacados agora e um futuro digno passa por dar um

fim nesse governo autoritário.

Daqui até a plenária a ideia é discutir as lutas e botar a mão na massa com atividades como manifestações, com as medidas sanitárias (máscara e distanciamento), colagens de cartazes, faixas etc. nos bairros, nas escolas e faculdades,



pastorais e grupos culturais e esportivos.

Para a juventude trabalhadora se trata de exigir melhores condições de trabalho e salário digno, como reivindicam os entregadores de aplicativo. Para os estudantes se trata de barrar essa volta às aulas na pandemia e exigir que

o ensino remoto precário e excludente aplicado em 25 estados não seja considerado como ano letivo. Para a juventude negra, passa por exigir o fim da violência policial nas comunidades e do genocídio promovido pelas PMs, além de pautar mais serviços públicos como hospitais e postos de saúde, espaços de cultura, ampliação do transporte público e por aí vai. São temas que estarão na pauta da plenária.

Katrina

A questão das mulheres e a luta pelo socialismo

JR do PT faz atividade de formação com dezenas de participantes

No dia 4 de agosto, a Juventude Revolução do PT realizou um curso de formação sobre a luta das mulheres operárias e o socialismo. O curso faz parte do projeto "Formação de Quarentena", que convidou a companheira Misa Boito, membro do diretório nacional do PT, para discutir o texto "Somente com a mulher proletária o socialismo será vitorioso", de Clara Zetkin.

O texto é um discurso da revolucionária Clara Zetkin, proferido

em 1896, posteriormente transformado em cartilha pelo Partido Social Democrata Alemão, no qual Clara foi militante durante anos. Clara diz em seu discurso que "na família, o marido representa a burguesia e a esposa o proletariado", explica que o início da opressão contra as mulheres coincide com o início da propriedade privada dos meios de produção, o qual passa a colocar o homem como proprietário e a mulher como não-proprietária,

apartando esse setor - que representa metade da classe trabalhadora -, da produção social, da vida política e condenando-a à dependência econômica. Para Clara Zetkin, a opressão da mulher é uma das formas mais antigas de exploração e dominação de classe, e é por esse motivo que a luta das mulheres proletárias está conectada à luta da classe trabalhadora, devendo se dar ombro a ombro com os homens proletários no combate à exploração capitalista.

O curso de formação da JR do PT aconteceu através de plataforma online e contou com a participação de dezenas de jovens de vários estados do país.

O projeto "Formação de Quarentena" tem realizado debates e indicações semanais de leituras, filmes, discos, entre outros materiais de formação através do site e dos perfis nas redes sociais da JR do PT.

Kris

História

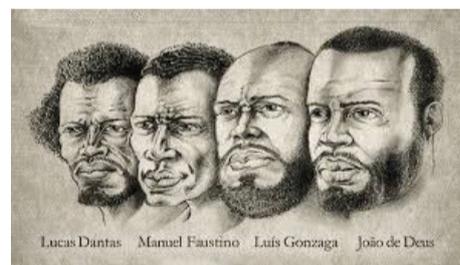
Conjuração Baiana

Há mais de dois séculos, revolta para "sermos todos iguais"

12 de agosto de 1798 foi um marco na história do Brasil colônia, pois de todos os movimentos e revoltas emancipacionistas no país, a Conjuração Baiana foi a primeira e uma das principais quando levamos em consideração a participação das camadas populares mais exploradas e suas reivindicações. Além de exigir a independência do Brasil da coroa portuguesa, também defendiam o fim da escravidão, a igualdade racial e social. Frases como "Animai-vos povo bahiense, que está por chegar o tempo feliz da vossa liberdade, o tempo em que seremos todos irmãos, o tempo em que seremos todos iguais" eram vistas em diversos pontos de grande circulação na cidade.

"A revolta dos Alfaiates"

Com uma participação bastante expressiva dos alfaiates, a Conjuração Baiana também ficou conhecida como "Revolta dos Alfaiates" e entre as suas principais lideranças estavam o mestre de alfaiate João de Deus Nascimento, o aprendiz de alfaiate



Manuel Faustino dos Santos Lira e os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Amorim Torres. Porém a participação popular foi bastante ampla, integrando-se na revolta homens brancos, negros livres e escravizados, assim como membros que transitavam na elite soteropolitana a exemplo de Crispiniano Barata, médico e propagandista do movimento. Como muito dos integrantes utilizavam búzios para se identificar, ela também ficou conhecida como "Revolta dos Búzios".

Além das ideias iluministas que influenciaram o movimento, principalmente por conta da revolução francesa, o processo de independência do Haiti, que foi a primeira república negra a conquistar a sua independência pela luta do seu próprio

povo e há quatro anos antes (1794) tinha abolido a escravidão da ilha haitiana, tiveram grande impacto nas ideias dos líderes do movimento. O temor da coroa portuguesa era que não existisse uma "haitinização" no Brasil, ou seja, que os negros e as camadas populares não tomassem o poder no Brasil.

Em 12 de agosto de 1798, o movimento iniciou o dia cedo com distribuição de panfletos e colagem nos principais pontos de circulação da cidade de Salvador, porém isso alertou as autoridades, que de forma rápida conseguiram reagir e deter as principais lideranças.

Durante todo período de repressão, centenas de pessoas foram denunciadas das mais diversas camadas da sociedade como militares, clérigos, funcionários públicos, negros escravizados, além dos alfaiates. No dia 08 de novembro de 1799, foi levado a cabo a execução dos condenados a morte por enforcamento, daqueles que hoje representam o símbolo de resistência e luta do povo baiano: soldado Lucas Dantas do Amorim

Torres; aprendiz de alfaiate Manuel Faustino dos Santos Lira; soldado Luís Gonzaga das Virgens; e mestre alfaiate João de Deus Nascimento. Hoje são homenageados com bustos na praça da Piedade em Salvador.

Entre os 49 envolvidos que foram denunciados e participavam da elite soteropolitana como Cipriano Barata, Hernógenes Aguilar (tenente), assim como os pertencentes à loja maçônica "Cavaleiros da Luz", foram absolvidos. Os negros e pobres foram os principais condenados a punições, inclusive com suas três gerações familiares seguintes com a memória amaldiçoada publicamente.

Depois de mais de 2 séculos, o povo negro segue lutando por sua verdadeira liberdade, agora contra a exploração imposta pelo capitalismo, que se expressa de forma mais voraz no racismo que vivenciamos diariamente.

Viva os heróis da Conjuração Baiana.

Joelson Souza

Retratos de um mundo pandêmico

No Líbano, a explosão de nitrato de amônia devastou Beirute, matou quase 200 pessoas e deixou milhares de feridos.

País cujo povo sentia os efeitos devastadores em suas condições de vida resultado da política das instituições que regem o sistema capitalista, os libaneses vêm agora estas mesmas instituições e governos das grandes potências, sob a cobertura de um "manto humanitário" (como coadjuvante até o governo Bolsonaro, sobre os escombros de devastação que faz no Brasil, quer pousar de humanista!), agirem para preservar o regime. A explosão do porto de Beirute reacendeu a explosão social iniciada em outubro de 2019 e coloca em xeque o sistema. "Revolução", "Fora todos", gritam os manifestantes.

Sistema que empurra as camadas oprimidas à morte pela sua incapacidade em enfrentar um vírus (ebola, H1N1, agora o novo corona...), pela sua política que joga milhões ao desemprego e à fome, sobrepondo os interesses do capital à vida, como o nada natural acidente da Vale que em 2019 matou 300 pessoas que trabalhavam na empresa em Brumadinho.

Sistema cuja odiosa condição imposta aos negros nos Estados Unidos, retratada no brutal assassinato de Floyd, cobriu o país e vários países do mundo – rompendo o confinamento em função do coronavírus – de

manifestações, uma expressão da ira contra a pandemia que representa o capitalismo.

No Brasil, depois da trágica marca de 100 mil pessoas mortas pela pandemia do coronavírus, a cada dia mais de 1000 pessoas entram nesta triste estatística. Entre os mais atingidos estão os pardos e negros, a maioria dos mais vulneráveis pela herança de mais de 300 anos de escravidão que os exclui da possibilidade de ter vida digna. Herança revelada de maneira brutal na sentença de uma juíza afirmando que um homem negro é

TRAGÉDIA E RESISTÊNCIA MARCAM A SITUAÇÃO

"seguramente integrante de um grupo criminoso em razão da sua raça". Está estabelecido: ser negro é ser suspeito!

Diante dos retratos da tragédia que ameaça os povos em todos os países, agravada, mas não originada, na pandemia do coronavírus, a garra do povo libanês - assim como os protestos contra o assassinato de Floyd - alenta os que querem lutar.

No Brasil, contra o vírus do desemprego (onde 52% da população está desocupada), sete mil metalúrgicos da Renault em Curitiba sustentaram por 21 dias, com a realização de assembleias regulares, uma greve que impôs a readmissão dos 747 trabalhadores dispensados pela empresa em plena pandemia. A multinacional não vai desistir de seu plano de reestruturação visando destruir postos de trabalho. Mas o pequeno dado pelos trabalhadores é um gás para enfrentar uma nova ofensiva.

Os trabalhadores em educação se recusam a ir, ou levar seus alunos, para o matadouro com a retomada das aulas sem condições sanitárias.

Os retratos do mundo pandêmico são de tragédia, mas de resistência também.

Aqui no Brasil, onde a juíza teve o desprate de condenar um homem "pela sua raça", onde um ex-juiz praticou o crime de condenar Lula por "atos indeterminados" movido pela determinação de perseguir o PT e plainar o caminho para o atual governo, as lutas localizadas, mas coletivas, na Renault, dos professores, dos trabalhadores dos Correios que preparam uma greve, apontam um caminho. Enquanto as instituições buscam acertar o passo para garantir a política que destrói empregos, direitos e solapa a soberania, essas lutas engrossam o caldo da resistência.

NOTAS

Latam vai demitir 2,7 mil trabalhadores por internet

Após mais uma reunião no Tribunal Superior do trabalho (TST) sem acordo com os aeronautas, que não querem negociar redução permanente dos salários, a Latam anunciou que vai demitir, por internet, 2,7 mil, ou 38% da equipe, de cerca de 7 mil trabalhadores, entre pilotos, copilotos e comandantes nos próximos dias. A proposta da Latam de um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que previa a implementação de um novo modelo de remuneração na prática, a redução permanente dos salários foi rejeitada duas vezes pelos trabalhadores em assembleias virtuais realizadas pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA).

Mais de 4 mil merendeiras são demitidas

Trabalhadoras terceirizadas do ensino municipal de estadual de São Paulo foram demitidas em meio à pandemia, informou o Sindicato dos Trabalhadores em Refeições Coletivas (SindiRefeições). Muitas recorreram à entidade por enfrentar problemas, até mesmo para receber o que lhes é de direito após o desligamento. O governo Bolsonaro autorizou a suspensão de contratos de trabalho, mas, em alguns casos, nem

os 30% dos salários que as empresas deveriam pagar chegaram às famílias e há indícios de irregularidades em algumas rescisões. Em outro caso as funcionárias de uma empresa que presta serviço para as escolas estaduais foram dispensadas e, na hora de sacar o FGTS, descobriram que a empresa nunca fez os depósitos, apesar de cinco anos de trabalho.

Governo pagou só um terço do previsto para programa de manutenção de renda

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda pagou até 17 de julho um terço do total previsto para benefícios. Dos R\$ 51,6 bilhões reservados, R\$ 16,5 bilhões (32%) foram efetivamente pagos para quem teve contrato de trabalho suspenso ou redução de jornada e salário.

Relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) aponta ainda possíveis fraudes, como o pagamento de benefícios a pessoas mortas antes mesmo do acordo de redução salarial ou de suspensão do contrato ser feito. Também foram apurados casos de trabalhadores recebendo por múltiplos vínculos de emprego, até nove numa mesma empresa, sendo encontrados casos de até 27 benefícios para a mesma pessoa.

Memória

FHC ENTREGA A TELEBRÁS ÀS MULTINACIONAIS

Fernando Henrique entregou a telefonia brasileira para as multinacionais. As 12 empresas do Sistema Telebrás (telefonia fixa e móvel) foram entregues por R\$ 22 bilhões, na Bolsa de Valores do Rio, em 29 de julho. (...) Dentro da Bolsa, o clima entre os investidores era de festa. (...) Do lado de fora, a PM do Rio, com 3 mil policiais, garantia a realização do leilão, colocando o centro da cidade em estado de sítio. Fiel seguidor da política de Clinton, FHC montou um tremendo aparato bélico para reprimir qualquer manifestação contrária à privatização, garantindo o interesse das multinacionais. A privatização é uma exigência do imperialismo – que assim se apossa do patrimônio público brasileiro (...).

O Trabalho nº 442 – 12/8/1998



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

Marília é candidata, vamos à luta!

Dirigentes que queriam apoiar PSB insistem, mas é hora de fazer a campanha e construir a vitória

Quando, em 31 de julho, o DN-PT confirmou, por 56 votos a favor, 10 contrários e 1 abstenção, a deputada federal Marília Arraes como candidata a prefeita do Recife, houve uma explosão nas redes sociais em Pernambuco comemorando a tão esperada decisão.

O presidente do PT de Recife, Cirilo Mota, da corrente DS, era pela aliança com o PSB e defendia o apoio à candidatura do deputado federal João Campos, tal como o vereador do PT João da Costa (ex-prefeito da capital) e o senador Humberto Costa (corrente CNB). Ao blog do Jornal do Commercio, Cirilo afirmou que “o partido não fará oposição ao PSB”. O pretexto é “construir o caminho

que tem como objetivo derrotar a direita, Bolsonaro” (blog da Folha de PE).

“Não vai se submeter”?

Oscar Barreto, principal dirigente local da DS, membro do DN e atualmente Secretário de Saneamento na prefeitura de Geraldo Júlio (PSB), disse: “Eu acho que a militância do PT não vai se submeter a uma decisão que vem de cima para baixo. É natural isso, porque a militância do PT é muito aguerrida, muito crítica e livre”. E, arrematou: “o DM vai encaminhar a decisão da nacional, mas os militantes têm a liberdade de ter sua opinião. As pessoas antes de serem militantes, são cidadãos. E

o valor da democracia é muito cara ao PT” (Blog da Folha PE). Dispensa comentários!

Finalmente, no último dia 8, o DM reunido com a presença de Marília como convidada, adotou resoluções que, apesar de sintonizadas com a orientação nacional, procuram um equilíbrio impossível. Se dispõe a encaminhar a decisão do DN mas, ao mesmo tempo, recusam que a campanha seja de oposição ao governo do PSB em Recife. Segundo Joelson Souza, do DM, eleito pela chapa DAP/Avante, apesar da artilharia pesada contra Marília na maioria das falas, ela ao final, sem entrar nas provocações, conclamou todos ao engajamento na campanha para

ajudar a garantir a vitória do PT na capital.

O que está por trás dessa tentativa de conciliação impossível são os cargos que o PT ocupa nos governos do PSB.

Segundo o blog da Folha de PE (11.08.2020), houve uma reunião no dia anterior à noite no Palácio das Princesas, a sede do governo estadual, entre o governador Paulo Câmara, o senador Humberto Costa e Dílson Peixoto, assessor de Humberto e Secretário de Desenvolvimento Agrário. Na pauta? Os cargos do PT nas gestões do PSB em Recife e no Estado.

Edmilson Menezes

Belford Roxo: o impasse da “política de alianças”

A direção vai pôr a mão na consciência?



No destaque, Daniela, deputada da base governista no evento com a presença de Flávio Bolsonaro e o prefeito de Belford Roxo. “O prestígio não é à toa: o prefeito Waguinho (MDB) foi o único alcaide da região a pedir votos para o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e seu filho Zero Um, em 2018” (Extra 3/08).

O DN-PT validou o Encontro de Belford Roxo (RJ) pela aliança com o prefeito Waguinho do MDB. Um recurso encabeçado por Tainá Senna, jovem pré-candidata a prefeita, foi rejeitado por 29 votos, 25 a favor e 11 abstenções. Os membros do DAP votaram pelo recurso. As correntes CNB e Movimento PT bancaram a aliança.

O argumento foi que o prefeito não é bolsonarista mas “malandro carioca”, não é hostil pois montou palanque na caravana de Lula e o PT participa do governo. Mas em 2018 ele fez campanha para Bolsonaro e seu filho Flávio. Na semana do DN, o prefeito recebeu Flavio no palanque orgulhoso da esposa ser deputada federal governista. Seria mais que suficiente para interditar a aliança, mas não. A resolução da Comissão Executiva Nacional do PT em fevereiro (ver box) - aprovada por maioria contra os votos de Jilmar Tatto e Markus Sokol em defesa da resolução do 7º Congresso de novembro (ver box) -, ao pé da letra, não impede essa aliança absurda. O caso de Belford Roxo ilustra a confusão.

Que confusão!

A resolução da CEN: “decide que não ocorram alianças com os partidos que sustentam o projeto ultraneoliberal (DEM, PSDB) e veta qualquer aliança com aqueles que representam o extremismo de direita”. O MDB não é citado e não é de extrema-direita, é do “centrão”.

Nunca se explicou a diferença entre o que “não ocorre” e o que “veta”. Mas a decisão serviu para que os meandros tortuosos da resolução autorizem várias alianças esdrúxulas. Há várias cidades onde o PT se aliou com o DEM e o PSDB, e outras siglas da direita.

O caso de Belford Roxo, com 511 mil habitantes na região metropolitana do Rio, criou uma onda de indignação. Um pedido de “reconsideração” foi encaminhado ao DN.

Em carta, ex-presidentes do PT (Zé Dirceu, Rui Falcão, Genoíno, Tarso e Berzoini) pediram corretamente uma retificação, mas erradamente aproximam a decisão da CEN com o 7º Congresso. Eles dizem que “as resoluções de nosso 7º Congresso e da direção partidária são inequívocas:

nenhuma aliança pode ser estabelecida com o neofascismo”. Mas não basta não ser “neofascista” para o 7º Congresso, basta para a CEN.

Por alianças democráticas e antiimperialistas

É possível que o caso de Belford Roxo seja reconsiderado, vistas as abstenções e o mal-estar. Mas é preciso aprender com os erros, inclusive a “esquerda” que votou a resolução da CEN.

O PSDB e muitos golpistas no parlamento às vezes votam contra

alguma coisa, mas apoiam a política econômica privatista. É preciso acabar com a confusão para não se enroscar em novos casos no 2º turno.

As alianças contra Bolsonaro devem se basear numa plataforma de governo com demandas do povo, com partidos como PCdoB e PSOL e também setores populares do PSB, PDT e outros (v. abaixo).

Este ano o PT ampliou a parcela do eleitorado que disputa com candidaturas. Não se pode frustrar outra vez o empurrão que vem de baixo!

Markus Sokol

RESOLUÇÃO DO 7º CONGRESSO DO PT, 29 DE NOVEMBRO

O PT deve ser protagonista nas eleições municipais de 2020, lançando candidaturas próprias onde for possível. O PT, que não nasceu para ser força de apoio, deve puxar uma frente democrática e anti-imperialista contra Bolsonaro e os golpistas. As alianças necessárias são programáticas, com base numa plataforma de governo que contemple as demandas mais imediatas do povo, ou seja, alianças anti-imperialistas nos termos do 6º Congresso do PT, com partidos como PCdoB e PSOL e também setores populares do PSB, PDT e outros.

Não cabem alianças com partidos que dão sustentação ao programa de destruição da nação e dos direitos da classe trabalhadora imposto por Bolsonaro.

Não será “de esquerda” nem “ampla”, uma frente que não trouxer as principais reivindicações do povo e a exigência de anulação dos processos contra Lula.

RESOLUÇÃO DA EXECUTIVA, 8 DE FEVEREIRO

O PT define como centro estratégico eleitoral a construção de alianças com PCdoB, PSOL, PDT, PSB, Rede, PCO e UP. Onde o PT encabeça a chapa, composições com partidos para além deste espectro poderão ser autorizadas pelo Diretório Estadual.

Nas situações em que o PT não encabeça a chapa e o candidato seja de um partido que não integre o espectro citado acima, somente serão permitidas alianças táticas e pontuais se autorizadas pelo Diretório Estadual, desde que candidato(a) tenha compromisso expresso com a oposição a Bolsonaro e suas políticas e não tenha práticas de hostilidade ao PT e aos presidentes Lula e Dilma. O PT Nacional decide que não ocorram alianças com os partidos que sustentam o projeto ultraneoliberal (DEM, PSDB) e veta qualquer aliança com aqueles que representam o extremismo de direita em nosso país.”



O DAP NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Comitê Nacional aprova compromisso para fortalecer a luta e o PT

Reunido em 5 de agosto, o Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista discutiu o quadro das eleições municipais e os desafios do PT. O Comitê do DAP adotou um texto, que reproduzimos abaixo.

"Eleições 2020: compromissos do Diálogo e Ação Petista"

Aproximam-se as eleições de 2020, o povo brasileiro vai escolher novos prefeitos e vereadores. As eleições ocorrem em meio à tragédia sanitária, econômica e social, com cerca de cem mil mortos, milhões de trabalhadores no desemprego, ou com salários e direitos diminuídos. A participação do PT nessas eleições será decisiva na luta contra esta situação e para retomar a caminhada democrática e popular que vínhamos construindo no País e que foi interrompida pelos golpes desferidos contra Dilma (impeachment), Lula (pela prisão ilegal, pela condenação sem provas e pela proibição arbitrária de sua candidatura) e a tentativa de cerco e aniquilamento

do nosso partido.

O DAP, como se sabe, é um movimento interno ao nosso partido, com certas características peculiares sempre no sentido de proclamar e defender o socialismo, os trabalhadores do campo e da cidade e conferir maior peso à militância de base, aos núcleos partidários e às decisões coletivas.

Diante disso, para a conjuntura eleitoral que se aproxima, o DAP recomenda aos seus integrantes, apoiadores, e às candidaturas que apoiaremos a destacarmos nas campanhas eleitorais:

1 Plenos direitos políticos para Lula

A campanha eleitoral deve ser um instrumento de defesa de Lula e de denúncia das ilegalidades e arbitrariedades que foram feitas contra ele pelo ex-juiz e ex-ministro de Bolsonaro Sergio Moro e pelos procuradores da Força Tarefa da Lava Jato.

2 Fim do governo Bolsonaro

A campanha eleitoral deve ser

nacionalizada, significando ser um instrumento de luta contra o governo entreguista e miliciano de Bolsonaro visando o seu fim, com eleições para presidente, abrindo a discussão de uma Assembleia Constituinte.

3 Combate aos ataques contra o PT:

A campanha eleitoral deve ser um instrumento de defesa de nosso partido. De seus símbolos (estrela e bandeira) e de suas cores (vermelha e branca), sempre consignadas, com realce, nas propagandas dos candidatos por nós apoiados.

A campanha eleitoral deve ser um instrumento de organização partidária, com a formação de núcleos do PT para depois do processo eleitoral.

4 As propostas de ação municipal

A campanha eleitoral deve ser um momento de luta pela realização das principais carências populares nos municípios, de defesa e ampliação dos serviços públicos, principalmente saúde, educação, transporte,

saneamento, com a defesa, pelos(as) nosso(a)s candidatos(as) de propostas de solução e compromissos de luta com esses temas, que vão após o pleito eleitoral, pois prosseguirá nosso combate para que o Estado seja capaz de suprir as necessidades do povo.

No caso dos municípios, conforme a situação de cada um, com seu financiamento com medidas como a prorrogação da suspensão da dívida com a União, a revisão das isenções fiscais, a taxa progressiva do IPTU etc.

Por fim, reafirmamos o compromisso do DAP na questão das alianças com o que foi decidido no 7º Congresso Nacional do PT, uma política de alianças democrática anti-imperialista, com PCdoB, PSOL e setores populares do PDT, do PSB e outros.

No processo eleitoral continuaremos a defender o debate fraterno e o diálogo com todas as correntes internas do PT, a unidade partidária. Essa é a chave para o fortalecimento do nosso partido e a vitória eleitoral. PT, Saudações!

SOLIDARIEDADE AO POVO LIBANÊS

Na reunião de 5 de agosto o Comitê Nacional do DAP decidiu enviar uma carta de solidariedade aos membros do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-Cili no Líbano, atingido por uma catastrófica explosão que deixou centenas de mortos. Abaixo, a carta e a pronta resposta da companheira Kadije El Husaini:

"Queridos(as) companheiros(as),

Aqui no Brasil, onde, como vocês sabem, há 10 milhões de descendentes de libaneses, a triste notícia da explosão teve uma grande repercussão.

Nós, militantes do Diálogo e Ação Petista, queremos enviar a nossa solidariedade ao povo libanês e aos companheiros e companheiras do Cili neste momento. Esperamos que

vocês estejam bem e não hesitem, em caso de necessidades particulares, em demandar qualquer coisa de nós.

Julio Turra, em nome do Diálogo e Ação Petista"

"Obrigada, Julio, viva a solidariedade entre os trabalhadores e povos!"

Khadije El Husaini

MG, RJ E PR FAZEM PLENÁRIAS ESTADUAIS



Plenária estadual do DAP de Minas Gerais aprovou Declaração aos petistas.

No dia 1º de agosto, 42 militantes, dirigentes, sindicalistas e parlamentares do PT realizaram a Plenária Estadual do Diálogo e Ação Petista em Minas Gerais. Estiveram representadas 14 cidades de cinco regiões do estado: Metropolitana, Triângulo, Vale do Aço, Vale do Rio Doce e Zona da Mata.

A plenária discutiu a situação política internacional e nacional, com a contribuição do companheiro da Direção Nacional do PT e do Comitê Nacional do DAP Luiz Eduardo Greenhalgh, que também abordou a campanha pela anulação dos processos forjados pela Lava Jato e pela imediata restituição dos direitos políticos de Lula.

Sobre a situação política estadual e as lutas contra as reformas da previdência e administrativa do governo Zema, falou o companheiro deputado estadual Betão. Ele condenou a retirada de direitos do funcionalismo estadual, a política de privatização e favorecimento das empresas mineradoras e estrangeiras.

O nível do debate e as ações apresentadas auxiliaram na compreensão do lugar do DAP na luta de classes e nas eleições.

Ao final, foi aprovada por unanimidade a Declaração do Diálogo e Ação Petista de Minas Gerais, abordando a crise sanitária e econômica, reafirmando o papel insubstituível do PT, a luta em defesa dos direitos, e conclamando a unidade de todos os petistas na defesa de Lula e do PT.

Rio de Janeiro

No último dia 4 de agosto, reunião estadual virtual contou com a presença de militantes petistas do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Macaé e Volta Redonda. O DAP ratificou a

importância das candidaturas próprias no estado e o caráter fundamental para o partido da candidatura de Benedita da Silva à prefeitura da capital.

Paraná

Militantes de três cidades (Curitiba, São José dos Pinhais e Sarandi) participaram da plenária estadual do DAP no Paraná, no dia 1º de agosto. Foi destacada a importância de divulgar as propostas do DAP, defender as candidaturas próprias e lutar pela unidade do partido. Aprovou-se também um plano de expansão do DAP no estado.

NOVA CONTA DO DAP



Para manter sua independência política, o DAP pede a colaboração dos militantes e grupos de base ("um cafezinho por mês"). A nova conta nacional é:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agência: 0454 | Operação: 013
Conta Poupança: 00013198-0
Em nome de Paulo Farias
(CPF: 469.415.410-91)

Outra vez volta às aulas na pandemia?

Insistência de governos aumenta o risco e a revolta

“Você topa que seja seu filho?”, pergunta a Apeoesp (sindicato paulista dos professores) diante do risco de contaminação com uma volta às aulas presenciais. Porém, é exatamente isso que governadores e prefeitos querem a qualquer custo em plena pandemia.

Diego Xavier, epidemiologista de instituto ligado à Fiocruz, estima em mais de 900 mil as pessoas na fila das UTIs por convívio com adultos e crianças em idade escolar, alertando que “o SUS não terá folga grande para atender novos casos”.

Os governos parecem mais preocupados em atender aos interesses dos empresários da rede privada, até porque o ano letivo de 2020 já está comprometido, o que exige um replanejamento que reponha essas aulas em 2021 com condições

seguras. Segundo a Datafolha, 70% dos pais e mães com filhos do 6º ao 9º ano aceitam que eles fiquem no mesmo ano em 2021.

“Não vou mandar meu filho para abatedouro”

Em 10 de agosto, 123 escolas estaduais de Manaus (AM) voltaram às aulas com protesto de estudantes e professores em greve. No dia seguinte a Escola Maria do Céu suspendeu as aulas porque uma professora testou positivo. Qual será a próxima?

No Paraná, Ratinho Júnior (PSD) apresentou um protocolo para pais e mães assinarem, isentando o governo de sua responsabilidade. Apanhou tanto que o retirou e seu próprio secretário de Saúde admitiu não haver condições para a volta às aulas.

Na Bahia, Rui Costa (PT) anunciou critérios e causou reação de sindicatos da educação que dizem: “conteúdos se repõem, vidas não”. Pesquisa da APLB (o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia) com 7,8 mil educadores revela que 97,6% deles afirmam faltarem condições seguras e que 92,4% não fizeram testes.

Em São Paulo, João Dória (PSDB) adiou a volta às aulas novamente, enquanto o prefeito da capital, Covas (PSDB), quer aprovar um protocolo. A Apeoesp já disse ser contra retomar agora e protestou em carreta. Como disse uma mãe de aluno, “eu não vou mandar meu filho para um abatedouro”.

Sem condições, é greve!

Cortes de verbas, ausência de testes,

ataques aos direitos... É o caos instalado na educação brasileira pela mão do governo genocida de Bolsonaro, seguido por governos locais. A revolta é latente.

Em 11 de agosto houve protestos de estudantes e entidades em alguns estados. Os sindicatos de profissionais da Educação anunciam resistência, enquanto pais e mães se inquietam.

Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT), afirma que a volta às aulas presenciais é precipitada e anuncia que “caso qualquer protocolo não seja colocado em prática orientamos sim a fazer uma greve de não retorno”. A chapa vai esquentar!

Paulo Riela

Nos Correios se prepara greve nacional

Nas estatais é hora de luta por direitos e contra privatização

Os trabalhadores dos Correios (ECT), através de suas federações, FENTECT-CUT e FINDECT-CTB unificaram o calendário para construir uma greve nacional a partir de 18 de agosto.

A questão central é o desmonte do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), pois a direção da estatal não aceita o que foi determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), de manutenção das cláusulas do acordo 2019/2021. A ECT entrou com uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para diminuir a vigência do acordo por um ano e o julgamento está marcado para 14 de agosto.

A empresa também quer reduzir as 79 cláusulas do ACT para nove,

retirando tudo o que a categoria conquistou em anos de luta: reduzir o adicional de risco para 30%, cortar vales alimentação e creche, reduzir o percentual de férias e aumentar em 50% o valor do plano de saúde, sem anuidade dos trabalhadores.

Governo quer privatizar tudo!

A ECT é dirigida pelo general Floriano Peixoto e já tem mais de dez militares em cargos dos Correios e das subsidiárias com salários entre R\$ 30 a R\$ 46 mil, além de terem sido criadas mais sete assessorias especiais com salários de R\$ 27 mil. Já os salários dos trabalhadores têm a média de R\$ 1.700.

Se os Correios têm a cara do



Trabalhadores do Correio preparam greve para 18 de agosto

governo Bolsonaro, os ataques aos direitos para preparar a privatização não são exclusividade sua. Na Petrobrás, a direção também ataca o ACT, apresentou zero como proposta de reajuste salarial e quer cortar direitos históricos. A Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) orientou os sindicatos da categoria a fazerem

assembleias para votar a rejeição dessas propostas e pela renovação do ACT.

Bolsonaro e Guedes acabam de enviar ao Congresso uma Medida Provisória (MP) para privatizar as subsidiárias da Caixa Econômica Federal (CEF). O presidente da Fene (federação das associações de funcionários), Sérgio Takemoto, declarou que “vamos usar todas as ferramentas possíveis, não podemos permitir a privatização da Caixa”.

A luta contra as privatizações das estatais tem que ganhar as ruas no próximo período foi o que indicou uma reunião da CUT com os sindicatos do setor neste mês de agosto.

João B. Gomes

07 de agosto pelo Fora Bolsonaro

Dia nacional de luta e de luto teve paralisações em fábricas

O dia 7 de agosto foi marcado por atos simbólicos e mobilizações em todos os estados, ainda aquém do necessário, mas com avanços em relação à jornada anterior pelo Fora Bolsonaro de 10 de julho.

A luta contra as privatizações, em defesa dos direitos, contra a volta às aulas e por reivindicações dos trabalhadores da saúde e demais setores estiveram presentes.

Em São Paulo, desde as primeiras horas da manhã ocorreram paralisações de 100 minutos ou uma hora em várias fábricas metalúrgicas do ABC (inclusive na Scania e Toyota),



Trabalhadores da metalúrgica Dura, no ABC Paulista, pararam por 100 minutos em 7 de agosto

em algumas químicas como a Basf, em fábricas da base da Força Sindical, como em Osasco e também no Vale do Paraíba. Como a grande maioria da classe trabalhadora está no batente, essas paralisações indicam

um bom caminho a ser seguido.

Na capital paulista houve três atos: pela manhã o Sindsep (servidores municipais) puxou um ato diante do Hospital do Servidor Público Municipal, ao meio-dia as centrais sindicais fizeram um ato nacional na Praça da Sé e ao final da tarde houve uma passeata com mais de 200 pessoas no quarteirão da saúde (Hospital das Clínicas).

Em Porto Alegre, a CUT-RS (as demais centrais foram contra ato público) puxou manifestação no Largo Glênio Peres e houve também atividades no interior: metalúrgicos

se manifestaram em São Leopoldo, atos no centro de Caxias do Sul e outras cidades.

Em Salvador, o ato da CUT e demais centrais ocorreu no Farol da Barra e, segundo participantes, foi maior que o de 10 de julho. O mesmo para Fortaleza (CE), onde o dia foi finalizado com uma carreta.

Em outros estados os atos foram pequenos ou se limitaram a “faixas” e cruzeiros simbolizando os 100 mil mortos pela Covid-19. Uma nova jornada nacional por Fora Bolsonaro está prevista para 7 de setembro.

Correspondentes

Renault: greve reverte 747 demissões

Uma vitória da luta de resistência dos trabalhadores no Paraná

Os metalúrgicos da Renault em São José dos Pinhais (região metropolitana de Curitiba) voltaram ao trabalho em 13 de agosto, depois de 21 dias de greve contra a decisão da empresa de demitir 747 trabalhadores (10% da força de trabalho da empresa).

A greve começou em 22 de julho, um dia após o anúncio das demissões, parando totalmente a fábrica. Ela recebeu a solidariedade de sindicatos de metalúrgicos de todo o país, de outras categorias, partidos e movimentos. As assembleias presenciais se sucederam, com ampla participação.

Em 5 de agosto, uma decisão judicial proibiu as demissões. Mas a greve foi mantida exigindo negociação sobre as condições da readmissão. Os resultados da negociação foram levados à uma assembleia virtual e



7/08: após decisão judicial, assembleia metalúrgicos decide manter greve

95% dos mais de 5.400 participantes aprovou as propostas, que incluem reajuste salarial, abono e PLR.

“A maior vitória foi a readmissão dos 747 trabalhadores e a garantia de que não haverá demissões nos próximos oito meses”, avalia Nelson, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (filiação à Força Sindical). Após esses

oito meses, não poderá haver demissões sem prévia negociação com o sindicato.

Os reintegrados ficarão em casa, recebendo seus salários normais, até o dia 20, quando termina o Plano de Demissão Voluntária (PDV) aberto pela Renault. Se a meta do PDV não for atingida, será implementado lay-off (suspensão de contratos) com pagamento de 85% do salário líquido, durante pelo menos cinco meses. Poderá ainda haver redução de jornada e salário com base na Lei 14.020 (originária da MP 936), mas os trabalhadores, em função de sua luta, estão hoje mais fortes para resistir.

“Reestruturação” da Renault

A Renault, multinacional francesa, passa por um plano de “reestruturação” que pretende levar à demissão

de mais de 15 mil trabalhadores em vários países. A empresa teve de recuar das demissões no Paraná, mas não abriu mão de seus planos.

Instalada em São José dos Pinhais em 1998, durante o governo Jaime Lerner, a Renault recebeu incentivos do estado, que também providenciou a infra-estrutura para que ela pudesse operar. À época, o contrato foi questionado pelo PT e seus deputados na Assembleia Legislativa, inclusive com ações judiciais. Uma lei estadual de 2005 passou a proibir que empresas que recebam incentivos fiscais do governo promovam demissões.

A greve dos metalúrgicos da Renault mostra o caminho para se enfrentar as demissões e para defender os direitos da classe trabalhadora, ameaçados pelos governos e pelo capital multinacional.

Roberto Salomão

MP 936: Bolsonaro vetou a ultratividade

Mais um ataque aos acordos e convenções coletivas de trabalho

Sem desapontar os grandes empresários, Bolsonaro sancionou a Medida Provisória 936, que permite reduzir salários ou suspender contratos de trabalho por “acordo” individual, ou seja, sem negociação com os sindicatos, o que abriu a porteira para a queda da renda dos trabalhadores formais em cerca de 30% na vigência dessa MP.

A MP 936, explicitamente inconstitucional, foi ratificada pelo STF e pelo Congresso. Agora, transformou-se na lei 14.020, com Bolsonaro assinando o que foi votado na Câmara e Senado em julho, mas vetando a ultratividade dos acordos

e convenções coletivas de trabalho (ACT e CCT).

Esses acordos e convenções são negociados entre os sindicatos dos trabalhadores e as empresas e uma vez assinados tem valor legal, com cláusulas como piso salarial, vale-refeição, auxílio-creche etc. Eles têm prazos determinados, são assinados anualmente ou a cada dois anos, sendo a sua ultratividade um conceito jurídico pelo qual as suas cláusulas seguem valendo mesmo após a sua data de encerramento.

O vai e vem da ultratividade

Em 2017, a ultratividade deixou de

valer, primeiro por decisão de Gilmar Mendes (STF) e depois com a Reforma Trabalhista de Temer.

A partir daí as empresas passaram a botar a faca no pescoço dos sindicatos de trabalhadores com o fim do acordo ou convenção e a perda dos direitos ali inscritos.

Na tramitação no Congresso, a MP 936 acabou garantindo a ultratividade durante o “estado de calamidade pública” devido à pandemia da Covid-19 (cuja duração é definida pelo Executivo federal). O veto mostra que nenhum direito mínimo dos trabalhadores está a salvo no governo Bolsonaro.

O dispositivo da ultratividade – enquanto não houver novo acordo, prevalecem as cláusulas do anterior – é essencial para que os patrões não zerem todas as conquistas obtidas anteriormente.

A CUT e as demais centrais sindicais propõem a luta pela derrubada deste veto de Bolsonaro, que só ocorrerá com mais de 50% dos votos na Câmara e no Senado. Tarefa que exigirá muita pressão sobre esse Congresso reacionário, que só a luta conjunta de todas as organizações sindicais pode impor.

Priscilla Chandretti

Greve de 48 horas em Volta Redonda (RJ)

Contra o pacote de maldades do prefeito Samuca



Depois de dois dias de greve servidores voltam fazer assembleia no dia 17/8

Os servidores municipais de Volta Redonda (RJ) fizeram paralisações de 24 horas nos dias 13 e 20 de julho, com carreatas pelas ruas da cidade. Essa mobilização obrigou o prefeito Samuca Silva (PSC)

a antecipar a segunda parcela dos salários que estão atrasados.

Fortalecidos por essas primeiras paralisações, eles decidiram cruzar os braços por 48 horas em 2 e 3 de agosto, exigindo a revogação do Decreto 16.229, que divide e atrasa os seus salários. Vários setores pararam, entre eles os de saúde, educação, cultura, assistência social, defesa civil e a Fundação Beatriz Gama.

No primeiro dia da greve uma carreata dirigiu-se à prefeitura. O prefeito Samuca mandou fechar a rua, impedindo a entrada do carro de som. Mesmo assim os servidores realizaram o ato, com uma faixa da greve, exigindo serem recebidos e

que o prefeito retirasse o seu pacote de maldades.

Oposição sindical à cabeça da luta

Depois da greve de 48 horas, uma nova assembleia geral manteve o estado de greve e adotou um calendário de assembleias nos locais de trabalho para consolidar o movimento. Tudo isso num quadro de paralisia da direção do sindicato, pois toda a mobilização foi iniciada pelo agrupamento de oposição “Servidores VR em Luta” sem apoio da entidade.

Os servidores e a oposição sindical insistem em chamar o presidente e a diretoria do sindicato a assumirem

a sua responsabilidade na defesa dos nossos salários e direitos, a que tenham a mesma disposição demonstrada pelos grevistas, pois se hoje o prefeito atrasa e reduz salários, amanhã vai querer retirar todas as conquistas da categoria.

A partir das assembleias locais haverá nova assembleia geral em 17 de agosto para decidir novas ações. As ameaças e pressões do prefeito e seus secretários não nos intimidam. Viemos até aqui e não vamos recuar até que Samuca receba os servidores e revoque o seu pacote de maldades.

A luta continua!

Pirra

Destruição irreversível da natureza

Este será um dos “legados” de Bolsonaro e seus ministros

O Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, está fazendo o que prometeu na reunião ministerial de 22 de abril, um retrato fiel deste governo, quando disse que era preciso aproveitar a pandemia para “passar a boiada”. O Instituto Talamo realizou um levantamento onde se mostra que o governo adotou 195 medidas sobre o meio ambiente entre março e maio deste ano, 12 vezes mais do que em 2019. De conjunto as medidas foram no sentido de relaxar a legislação ambiental e desmantelar o sistema de vigilância contra crimes ambientais no país. Crimes ambientais que estão destruindo a Amazônia, crimes contra a humanidade com mais de 100 mil mortos, é a “boiada passando”!

Desmantelamento da vigilância ambiental

A portaria 432/2020 do ICMBio publicada em meados de maio desmantelou a chefia da estrutura de vigilância das reservas ambientais nacionais. Antes, havia 11 coordenações que fiscalizavam 334 unidades de conservação, agora sobraram só 5 “gerências” para cada grande região do país. O trabalho de fiscalização que já era difícil, em virtude da estrutura limitada, agora é virtualmente impossibilitado. Para se assegurar que a fiscalização seria enterrada, o governo nomeou, entre os cinco gerentes de fiscalização, três militares. Oficiais que não têm relação com

meio ambiente.

Denis Rivas, presidente da Associação Nacional de Servidores de Meio Ambiente (Ascema), afirmou na época sobre a reestruturação: “Enquanto cargos de poder estão sendo ocupados por PMs, a Coordenação de Fiscalização está vaga há meses, por exemplo.”

Em abril o Ibama publicou uma portaria que afirma que as obrigações ambientais pelos empreendimentos licenciados durante a pandemia devem ser cumpridas “na medida do possível”. Além disso, a portaria transmite ao gestor dos empreendimentos a responsabilidade da avaliação da necessidade, ou não, da continuidade de medidas para diminuir os impactos ao ambiente. Ou seja, a tarefa de fiscalizar a implementação de medidas impostas pelo Ibama fica a cargo dos próprios fiscalizados! Deu às raposas a responsabilidade de cuidar do galinheiro.

Fogo avança no Pantanal e Amazônia

No primeiro semestre de 2020 as queimadas registraram um expressivo aumento na região do Pantanal. Agora, se constata que os incêndios no mês de julho foram os maiores já registrados. Há um aumento de 241% da área queimada em comparação com julho de 2019. O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), notificou 1.684 focos de fogo no mês neste ano contra 494 no ano passado.

Na Amazônia em junho há recorde de incêndios para o mês em 13 anos. Os dados mostram um aumento de 19,6% frente a junho de 2019. Foi um total de 2.248 focos de incêndio florestal nesse período contra 1.880 no ano passado. No primeiro semestre foram 10.395 incêndios florestais, 17,8% a mais do que em 2019.

Em resposta ao aumento das notificações de focos de incêndio o governo demitiu a pesquisadora Lubia Vinhas, responsável do órgão que faz o monitoramento de incêndio do Inpe.

Encenação

Em 5 de agosto Ricardo Salles promoveu uma encenação quando sobrevoou de helicóptero militar a reserva indígena Munduruku, no Pará. A ação visava promover midiaticamente uma ação de desmantelamento de um garimpo ilegal na região. Ele afirmou que a ação era



Garimpo ilegal na terra indígena Munduruku

um “recado claro de que não há qualquer tentativa nossa de impedir fiscalização”. Dá para acreditar?

Já o General Mourão, que lidera a operação militar Verde Brasil 2 de “combate ao desmatamento”, disse em evento internacional no dia 10 de agosto que “Executamos medidas urgentes para conter o desmatamento e as queimadas”. Mas dados revelados no começo de julho mostram que só 0,7% do orçamento da operação – que se iniciou em 11 de maio – foi executado.

Cristiano Junta

MINERADORA INVADE TERRAS QUILOMBOLAS

Paulão, deputado federal pelo PT de Alagoas denunciou que a empresa mineradora Vale Verde invadiu terras quilombolas em Arapiraca, Alagoas. Ele relata que na manhã de 23 de julho a Comunidade Quilombola Carrasco foi invadida com maquinaria pesada da mineradora. A empresa começou a escavar o solo, sem qualquer pedido ou autorização, dentro do território da comunidade. De acordo com relatos dos moradores a mineradora estaria buscando jazidas de ouro no local. O deputado anunciou que fez uma “representação à Procuradoria-Geral da República para que intervenha e proteja o patrimônio quilombola em solo alagoano”

Nova ameaça contra a Educação

Senado quer o fim do fundo social do pré-sal

O Senado adiou, no último dia 5 de agosto, a votação do PLP 133/2020 que trata da compensação a estados e municípios pela perda de recursos decorrentes da Lei Kandir, que isenta do pagamento de ICMS às empresas que trabalham com produtos e serviços destinados à exportação. O PLP, entretanto, segue na pauta, aguardando votação.

O PLP 133/2020 prevê que o financiamento desta compensação, que finalmente se justificou por um privilégio dado aos empresários às custas de um desfalque no erário de estados e municípios, se dê pela extinção do Fundo Social do Pré-sal, criado para assegurar que parte dos recursos advindos da exploração do petróleo fosse destinado à saúde e à educação. O PLP 133/2020 preserva



o privilégio dos exportadores, assegurando a compensação dos estados e municípios por meio da destruição do financiamento do serviço público.

O Fundo Social é usado, por

exemplo, para financiar a complementação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Em 2020, para se ter uma ideia, essa parte corresponde a R\$ 8,7 bilhões, dos R\$ 10,3 bilhões destinados ao Fundo Social no orçamento.

Trata-se, portanto, de um duríssimo ataque ao financiamento da educação pública, no momento em que se luta, inclusive no âmbito do Congresso Nacional, para se ampliar a participação da União no financiamento da educação básica, através do novo FUNDEB, como lembra a CNTE em artigo em seu site. E isto, num quadro, é bom lembrar, de congelamento de recursos do Ministério da Educação, em função da EC 95.

Ataque também no Ensino Superior

O ataque ao financiamento da Educação Básica se dá no mesmo momento em que Bolsonaro investe também sobre o financiamento do Ensino Superior. O Projeto de Lei Orçamentária (PLO) para 2021, anunciado pelo Governo, prevê um corte de mais de R\$ 4 bilhões em gastos não-obrigatórios no próximo orçamento. Destes, 1,4 bilhão apenas nas universidades e institutos federais. O corte vem se somar a uma queda consistente nos gastos educacionais e, em particular, no Ensino Superior, desde do golpe de 2016. De lá para cá, a educação perdeu um acumulado de R\$ 10 bilhões de reais.

A persistência do Governo Bolsonaro ameaça, como se vê, a própria existência da educação pública no país.

Eudes Baima

STF repõe direitos negados à defesa de Lula

Falta reconhecer a parcialidade de Moro e anular os processos

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tomou duas decisões com relação a Lula em sessão virtual no dia 4: retirou da ação relativa ao Instituto Lula o trecho da delação de Palocci, que o então juiz Sergio Moro divulgou, com objetivos políticos, às vésperas da eleição de 2018; e concedeu à defesa acesso aos documentos do acordo de leniência fechado pela Odebrecht com o Ministério Público Federal (MPF).

Com isso, o processo volta para a fase de alegações finais na primeira instância. Nos dois casos, a aprovação se deu por dois votos (Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski) a um (Edson Fachin). Os outros dois ministros da turma (Celso de Mello e Cármen Lúcia) não participaram. Em sua argumentação, os apoiadores da posição vitoriosa apontaram a parcialidade de Moro.

As deliberações são positivas, mas devem ser avaliadas em seu conteúdo real. Elas apenas repõem direitos elementares, que qualquer julgamento digno do nome deveria garantir desde o início.

Moro construiu os processos contra Lula, em conluio com procuradores e delegados, com o objetivo político de condená-lo. Como não havia



Movido por interesses políticos e econômicos dos EUA, por "atos indeterminados" Moro condenou Lula que ficou 580 dias na prisão e está sem seus direitos políticos. Esta aberração precisa ser corrigida!

provas das acusações, sua sentença atribui ao ex-presidente "atos indeterminados", uma aberração jurídica.

Criminalização do PT

Enquanto se desenvolvia o golpe que derrubou a presidente Dilma, em 2016, a Operação Lava Jato trabalhava na criminalização do PT. Era o tempo das prisões espetaculares e do noticiário intenso contra Lula – com Congresso, com mídia, com Supremo, com tudo.

Depois que as matérias da #VazaJato começaram a ser publicadas, no ano passado, o que já era evidente durante os processos ficou comprovado. As conversas vazadas

mostraram que não houve julgamento imparcial.

Foi quando o STF decidiu que réus delatores devem apresentar as suas alegações antes dos réus que estão sendo acusados. Ou seja, quem se defende, como Lula, tem o direito de saber antes qual é a acusação. Elementar, mas também havia sido negado por Moro e seus asseclas.

Juristas respeitados e sem vinculação política com o PT atestam que os processos foram viciados. É o caso do italiano Luigi Ferrajoli.

Quando retornarem as sessões presenciais, a mesma Segunda Turma do STF deverá julgar o habeas corpus apresentado em 2018 pela defesa. O

que pede é o reconhecimento da suspeição de Moro, com a anulação dos processos de Lula dos quais ele participou, o que restituiria os direitos políticos do ex-presidente. É a única decisão aceitável.

Cláudio Soares

ALGUNS (DOS VÁRIOS) ABUSOS

O habeas corpus a ser apreciado pelo STF traz algumas das ações ilegais de Sergio Moro:

- autorizou o grampo, por 23 dias, do telefone do escritório dos advogados de Lula, tendo acesso à estratégia da defesa
- autorizou a condução coercitiva de Lula, antes mesmo do processo, para criar a imagem de culpado perante a opinião pública
- levantou o sigilo de conversas interceptadas de forma ilegal
- em ofício dirigido ao STF em 2016, acusou Lula de tentar obstruir a Justiça, citando conversas telefônicas do ex-presidente, mas omitindo trechos que desmentiam sua tese
- interferiu para impedir a libertação de Lula em 2018, embora não fosse a autoridade responsável pela questão

Mais de 100 mil vidas

"Não podemos permitir a normalização da barbárie"

Ultrapassamos 100 mil óbitos no Brasil. Enquanto os trabalhadores da periferia e da saúde morrem, testes sem reagentes ficam encalhados no ministério sem ministro.

A pandemia permanece nas periferias e estudo realizado na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) confirma que donas de casa, profissionais autônomos e usuários do transporte público são as maiores vítimas na cidade de São Paulo.

Os pesquisadores cruzaram os dados de mortes nos 96 distritos da capital com o perfil dos usuários do Metrô, em que incluíram profissão, meios de transporte utilizados e o tempo de viagem.

Dos dez distritos com mais mortes pelo coronavírus, nove também lideram o número de viagens por transporte público. Nesses locais, de acordo com o Metrô, há grande presença de autônomos e donas de casa. Para o professor Kazuo Nakano, do Instituto das Cidades da Unifesp, e responsável pelo estudo, os dados confirmam a percepção de que os

trabalhadores com menores rendas e informais, vivendo nos bairros mais periféricos, são a maioria dos acometidos.

E seguimos com números recordes de profissionais da saúde infectados e mortos, segundo a Confederação Nacional de Seguridade Social (CNTSS).

O Memorial do Sindicato dos Médicos de São Paulo já possui registro de 217 médicos falecidos na linha de frente.

O observatório da enfermagem até dia 10 de agosto contabiliza mais de 30 mil casos e 341 mortes entre os profissionais os enfermeiros, técnicos e auxiliares.

No último dia 4, o Supremo Tribunal Federal enquadrando a doença por Covid-19 como acidente de trabalho, mas para isso o profissional terá que preencher a CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho. Essa informação está pouco difundida e muitos não preencheram o documento. O preenchimento desse informe é o que garante o recebimento durante

afastamento para tratamento, a redução do risco de ser demitido, e o recebimento do benefício do INSS.

Ao mesmo tempo Bolsonaro vetou integralmente o Projeto de Lei nº 1.826/2020, que estabelecia uma indenização no valor de R\$ 50 mil (cinquenta mil reais) para os profissionais da saúde que ficassem incapacitados ou falecessem por conta da Covid-19, cedido também aos companheiros ou dependentes.

Testes encalhados

Nenhuma organização real para o enfrentamento da pandemia é feita por esse governo. Prova disso é a denúncia feita por um jornal de grande circulação de que o Ministério da Saúde acumula estoque de 9,85 milhões de testes. O número é quase o dobro dos cerca de 5 milhões de exames distribuídos até então aos estados e municípios pelo governo federal. Isso porque esses testes foram comprados sem os insumos para processar os exames, e o governo ainda não resolveu esse

problema.

Apesar da confusão dos resultados e dos tipos de testes, eles são um recurso importante para ampliar a identificação dos infectados e tentar frear a propagação da doença. Sem seu uso amplo continuamos com subnotificação, e não sabemos o real número de vítimas. Deveríamos estar processando 110,5 mil testes por dia, segundo a própria projeção do ministério da Saúde. Porém a média diária em julho foi de 15,5 mil exames.

Arthur Chioro, ex-ministro da saúde do governo Dilma, no último dia 8 de agosto ressaltou que "temos apenas 2,7% da população mundial, mas mais de 13,5% dos óbitos por Covid-19", e se solidariza com todas as vítimas e todos os profissionais de saúde que estão na frente de batalha. No dia em que alcançamos a marca das 100 mil mortes ele reafirma que "não podemos permitir a normalização da barbárie".

Juliana Salles

A herança revolucionária de Trotsky

Há 80 anos seu assassinato visou eliminar o fio de continuidade com Outubro de 1917

O culto às personalidades não faz parte da tradição do marxismo e da luta coletiva da classe operária e não há nada a celebrar com os oitenta anos do assassinato de León Trotsky, ocorrido no dia 20 de agosto de 1940. Mas homenagear a memória do velho revolucionário russo - do que fez e escreveu pelo futuro socialista - é defender não só o patrimônio político da 4ª Internacional. Trata-se da defesa do movimento operário e da própria história da humanidade em busca de sua plena emancipação; é uma responsabilidade de todos que lutam pelo fim do odioso sistema capitalista.

León Trotsky se exilou no México desde 1937. Passou antes pela Turquia, França e Noruega após sua expulsão da União Soviética em 1929, motivada pelas perseguições de Stálin contra os militantes que divergiam das suas posições autoritárias e anti-internacionalistas.

Oposição de Esquerda

O livro "Stálin, o grande organizador de derrotas" escrito por Trotsky faz o balanço da situação da 3ª internacional nesta época sob o comando da política stalinista de defesa do socialismo isolado num só país. Ainda antes de chegar ao México Trotsky ajudara a construir a Oposição de Esquerda Internacional, que buscava reorientar a 3ª internacional. Com a ofensiva dos fascismos em muitos países na década de 1930, Trotsky escreveu e agiu para defender a frente única operária.

O esforço maior deu-se na Alemanha quando propõe a unidade de socialistas e comunistas contra o nazismo que avançava, combatendo o esquerdismo que na época orientava o partido comunista alemão, que fez dos socialistas o inimigo a combater. Seu livro "Revolução e Contrarrevolução na Alemanha" reúne os textos dessa batalha política.

Outra importante iniciativa deu-se na orientação aos revolucionários espanhóis para a ruptura com a política de colaboração de classes que unia socialistas, comunistas, anarquistas e poumistas (do partido POUM) ao governo republicano burguês contra o fascismo, que na prática impedia a possibilidade da revolução operária espanhola (1936-1939) alcançar a vitória.

Em 1936 Trotsky está empenhado também em impulsionar o "Movimento pela 4ª Internacional", após



Trotsky, fundador da 4ª Internacional, é assassinado no México a mando de Stálin em 20 de agosto de 1940

a completa falência e burocratização da 3ª Internacional comunista que não esboçara nenhuma reação à derrota do movimento operário alemão ao nazismo.

Depois de ser expulso da França e na Noruega ser ameaçado de deportação para a URSS (onde seria fuzilado por Stálin), o governo de Lázaro Cárdenas no México oferece asilo ao revolucionário. A herança da revolução mexicana de Pancho Villa e Emiliano Zapata se fizera presente nesse gesto.

A 4ª Internacional

Nos meses que antecederam sua morte Trotsky buscava fortalecer a recém fundada 4ª Internacional que se formara em 1938 e dava seus primeiros passos. Como afirma seu texto fundador - o Programa de Transição - "a crise da humanidade se resume à crise da direção revolucionária". As condições objetivas para a revolução socialista estavam dadas e era necessário construir uma nova direção revolucionária. Sem o socialismo a humanidade estaria ameaçada de ser arrastada à barbárie pela permanência do capitalismo.

A barbárie estava mesmo próxima. A Segunda Guerra mundial (1939-1945) que mataria dezenas de milhões se seres humanos nos anos seguintes apenas começava. Trotsky assinalou em suas últimas notas escritas pouco antes do seu assassinato: "A Segunda Guerra Mundial coloca a questão da mudança de regime de maneira mais imperiosa e urgente que a Primeira. É, sobretudo,

uma questão de regime político. Os operários sabem que a democracia em toda a parte naufragou e que o fascismo os ameaça mesmo ali onde é inexistente. A burguesia dos países democráticos vai naturalmente utilizar este medo do fascismo por parte dos operários, mas, por outro lado, a falência das democracias, seu desmoronamento, sua dolorosa transformação em ditaduras reacionárias, obrigam os operários a se colocar a questão do poder e os torna responsáveis por colocá-la. (...)".

Era não só o fascismo, mas a ameaça dele que permitia à burguesia atacar a classe trabalhadora. O stalinismo era sua linha auxiliar. E o final da guerra em 1945 de fato levou milhões às ruas numa onda revolucionária anticapitalista que varreu todo o planeta. Nem Getúlio Vargas no Brasil escapou.

A vitória contra o fascismo de Hitler e Mussolini só foi possível porque houve a revolução de outubro de 1917, que pode transformar a Rússia rural e atrasada em uma potência industrial através da planificação econômica socialista, com a eliminação da propriedade privada dos meios de produção.

Trotsky analisa em detalhes os primeiros passos da planificação econômica na URSS em seu livro "A Revolução Traída". A propriedade social eliminou a burguesia e colocou nas mãos da classe operária o poder, depois usurpado pelo stalinismo. Trotsky e a 4ª internacional defenderam a necessidade de uma revolução social para derrubar os burocratas e

recuperar a democracia e o poder de fato para a classe operária. Por isso, a posição de defesa incondicional da URSS apesar de Stálin, pois tratava-se de defender a base material da revolução, a propriedade social, a economia planificada, mas sem concessões ou ilusões na possibilidade de uma regeneração das burocracias.

De fato, foram esses antigos dirigentes stalinistas que na década de 1980 e 1990 restauraram o capitalismo e atacaram as conquistas sociais da revolução, como igualmente faz hoje o partido comunista chinês.

Na Europa, já no final da guerra em 1944, as milícias operárias combatiam de forma independente contra o fascismo, ocupando fábricas, expropriando terras para distribuir aos trabalhadores. Na Itália, Grécia, Iugoslávia, França, mas também na

China onde a revolução será vitoriosa em 1949 e em inúmeros países.

Os governos capitalistas e Stálin agiam por cima para impedir as rupturas. O stalinismo fez o impossível para desviar e conter essa onda revolucionária do pós-guerra, onda que poderia ter varrido o capitalismo nos países centrais. Para a 4ª internacional era preciso ajudar esse movimento a dirigir sua força contra o capitalismo, sabendo que a luta diária das massas trabalhadoras não se baseia em teorias ou programas políticos, mas na defesa imediata da sua sobrevivência como emprego, salário, moradia, saúde etc.

O Programa de Transição da 4ª Internacional e suas seções nacionais buscava e busca construir esse elo entre as reivindicações concretas e a luta pelo poder operário. Era para isso que Trotsky se preparava e a própria 4ª Internacional em 1940, um programa revolucionário e um partido mundial para levar esse movimento às últimas consequências: a revolução socialista e a expropriação dos grandes meios de produção das burguesias.

O objetivo do aparelho stalinista eliminando Trotsky era o de liquidar com o fio de continuidade da Revolução de Outubro de 1917, a sua herança e exemplo. Stálin foi derrotado. A 4ª Internacional sobreviveu e segue ajudando e lutando em dezenas de países do mundo, lado a lado com milhões de trabalhadores, contra e pelo fim do capitalismo.

Everaldo Andrade

Pandemia e luta de classes nas Américas

Em nova reunião, militantes de 12 países do continente trocam experiências e apoio mútuo

Em 8 de agosto ocorreu a segunda reunião virtual do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Cili) das Américas, com militantes da Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Haiti, Guadalupe, Guiana, Martinica, México, Peru, República Dominicana e Venezuela.

Em relação à reunião anterior realizada em 5 de julho (ver OT 870), houve uma ampliação de quatro países representados e a ausência justificada dos equatorianos.

A discussão, mediada por Julio Turra (da coordenação do Cili), demonstrou que aproveitar a pandemia para “passar a boiada”, como disse o ministro Salles de Bolsonaro, é uma política praticada por todos os governos submissos ao imperialismo estadunidense no continente.

A crise é profunda nos EUA

Daí o vivo interesse causado entre os participantes pela fala de Rodrigo Ibarra, desde San Francisco na Califórnia, sobre a profunda crise econômica, social e política dos EUA, que já contam com mais de 45 milhões de desempregados.

Rodrigo caracterizou a explosão social após o assassinato de Floyd no final de maio como um “movimento revolucionário, mas sem uma direção que aponte para a superação da causa dessa crise, que é o capitalismo”. Assim, mesmo com uma derrota eleitoral de Trump em 3 de novembro, essa crise vai prosseguir,



inclusive dentro do partido Democrata, abrindo terreno para agrupar sindicalistas e militantes numa perspectiva de mudança do sistema, concluiu.

As intervenções feitas mostraram que em toda a parte a luta dos trabalhadores e povos pela sua sobrevivência física se combina com a defesa de seus empregos, salários e direitos – atropelados em nome da “crise sanitária” – apontando para a ruptura com o imperialismo dos EUA como condição para avançar na superação do sistema capitalista, o verdadeiro responsável pelas consequências da Covid-19.

Romper com o imperialismo

Dora Martinez, da CTA-A da Argentina, disse que a renegociação da dívida externa pelo governo de Alberto Fernández, uma dívida herdada do governo anterior de Mauricio Macri, dá um respiro que deve

servir para que se aumente o salário social emergencial, insuficiente para as famílias trabalhadoras, explicando que sua organização está em campanha por impostos sobre os super-ricos para gerar recursos para assistir ao povo.

Os companheiros da Venezuela relataram os protestos por aumentos de salários e o debate em curso sobre essa questão crucial dada a hiperinflação que persiste. A situação é de relativo controle da pandemia, mas o país está asfocado pelo bloqueio econômico de Trump, cujos laiaos locais dizem que não participarão das eleições para a Assembleia Nacional convocadas para dezembro.

Brasil, México, Peru e Chile estão numa situação dramática quanto à pandemia e seus efeitos no povo trabalhador. Luís Eduardo Greenhalgh, em nome do DAP, falou sobre a marca de 100 mil mortos atingida no Brasil e da urgência de se botar

um fim ao governo Bolsonaro.

Nos países ainda colônias da França (departamentos de ultramar), como a Guadalupe e a Martinica nas Antilhas e a Guiana na América do Sul, as autoridades locais aplicaram medidas ditadas pelo governo Macron desde Paris, por cima das realidades locais, criando um caos. Adrien Guilleau, dirigente da União dos Trabalhadores Guianeses (UTG), disse que não havia casos no país quando se decretou confinamento total, o qual foi relaxado quando o contágio, através da fronteira com o Amapá, aumentou. Greves e mobilizações foram puxadas pela UTG, central sindical que luta pela independência da Guiana, exigindo proteção adequada e respeito aos salários e direitos.

Iniciativas e campanhas

A reunião de 8 de agosto decidiu ampliar as campanhas contra o bloqueio dos EUA à Venezuela e contra os ataques à classe trabalhadora e suas organizações sindicais no Haiti – uma moção foi enviada pela reunião às autoridades haitianas em protesto contra a brutal repressão nas fábricas do grupo Apaid - buscando novas adesões no plano continental e mundial através do Cili.

Também se decidiu a realização de “lives” temáticas e uma próxima reunião do Cili-Américas em setembro.

Lauro Fagundes

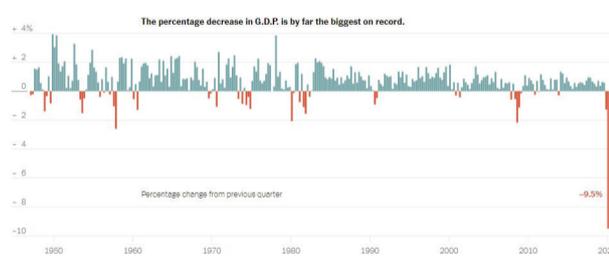
As economias afundam

Situação similar no mundo e no Brasil

As maiores economias estão afundando numa crise sem precedentes. Com empresas fechando as portas nas quarentenas - e muitas não reabrindo até hoje – milhões de trabalhadores perderam o emprego e reduziram ainda mais o consumo. O investimento produtivo privado despencou. Mas a especulação financeira segue muito bem, obrigado.

Os EUA tiveram uma queda (anualizada) de 33% do PIB no segundo trimestre do ano. Uma redução quase quatro vezes maior do que a do pior trimestre durante a grande depressão, após a crise de 1929! Havia sinais de retomada em junho, mas uma nova onda de repiques em casos e mortes de Covid-19 levou vários estados (Texas, Califórnia, Flórida etc.) a afundarem novamente na recessão.

A taxa de desemprego, incluindo



📌 EUA tem a maior queda do PIB na história

os desalentados e subutilizados, que batera o recorde de 22,8% em abril, mantém-se em 16,5% - mais do que o dobro do que um ano atrás. Dos trabalhadores que rearranjaram emprego, dentre os demitidos de março e abril, 31% já foram demitidos uma segunda vez em julho (JQI da Universidade Cornell).

Já os 27 países da União Europeia experimentaram no segundo trimestre uma queda (anualizada) média do PIB de 12% - a maior da sua história. No Japão, a prévia do PIB do



📌 Brasil povo empurrado para fora da força de trabalho

segundo trimestre indica queda de 26% - o pior desempenho desde a reconstrução do país após a II Guerra Mundial.

Este ano, o comércio internacional deve cair entre 20 a 30%, segundo a Organização Mundial do Comércio. Os bancos centrais injetaram trilhões de dólares para salvar os bancos privados, principalmente. A políticas de auxílio social são muito limitadas.

A situação é similar no Brasil, que já estava estagnado desde o golpe e a recessão de 2015-17. No 2º trimestre

do ano, 9 milhões perderam o emprego, segundo o IBGE. O desemprego bateu recorde para o período (14,2%), acumulando metade do povo colocado fora do mercado de trabalho.

O governo Bolsonaro nega qualquer política de retomada de investimentos públicos – única que permitiria reverter a depressão e o gigantesco desemprego.

Aqui, como na maior parte do mundo, o grosso das medidas governamentais visaram salvar o lucro do sistema financeiro. Não por acaso, enquanto a economia real afunda, as bolsas do mundo, incluindo a brasileira, já se recuperaram completamente da crise, voltando aos índices pré-Covid.

Alberto Handfas

Líbano: “Revolução!”

Gritam manifestantes em 8 de agosto, após a explosão que matou quase 200 pessoas



Beirute, Praça dos Mártires, 8 de agosto

Revolução! Essa foi a palavra de ordem dos manifestantes libaneses desde a explosão que devastou Beirute. Empunhando forcas e cordas de enforcamento, eles responsabilizam todos os líderes dos partidos políticos, de todas as religiões, que compartilham o poder há décadas.

A jornada de manifestações de 8 de agosto foi denominada “dia do julgamento”. Julgamento implacável e unânime, tendo por veredito o enforcamento para aqueles que levaram o país ao abismo. Durante aquele dia vários ministérios e o prédio da associação dos bancos foram ocupados por manifestantes revoltados.

No Líbano, principalmente por causa de sanções internacionais, quase a metade da população não tem comida suficiente. A eletricidade pública é fornecida apenas durante três horas por dia, o que obriga os libaneses que podem, a pagar uma sobretaxa para receber energia de um gerador privado. Quer se trate de água, telefonia, transportes, as infraestruturas públicas estão em um estado avançado de degradação. Na saúde, o setor privado representa mais de 85% dos leitos.

Ainda não se sabe o que provocou a explosão de um estoque de 2.750 toneladas de nitrato de amônia que devastou o porto e parte da capital libanesa, em 4 de agosto. Desde então, cada “comentarista” faz sua análise para acusar tal ou qual grupo político. Culpados fáceis, os agentes do porto foram demitidos por negligência. A oposição pede uma investigação internacional, rejeitada pela maioria.

A explosão desnudou a falência total do sistema

O que ficou evidente para muitos

libaneses, e sem necessidade de uma investigação para convencê-los disso, é que essa explosão mostra a falência total do sistema político do país, corroído pela corrupção e o clientelismo. A palavra de ordem das manifestações que abalam o regime desde 17 de outubro de 2019, “que saiam todos”, é, de fato, dirigida a “todos”.

Às pressas, a embaixada da França organizou uma visita do presidente francês, Emmanuel Macron, num bairro cristão e “elegante” de Beirute, onde a maioria da população fala francês. Logo, as principais mídias, em particular da Arábia Saudita, informaram a existência de um abaixo-assinado pedindo o retorno da dominação colonial francesa sobre o Líbano. Naturalmente, não noticiaram que isso foi iniciativa de uma organização da direita cristã que possui interesses na França.

A responsabilidade do colonialismo

A organização de toda a vida política e social libanesa em comunidades religiosas separadas é uma herança direta do colonialismo francês, que substituiu o Império Otomano logo após o fim da Primeira Guerra Mundial por mandato da Liga das Nações.

De acordo com a historiadora Nadine Picaudou, em setembro de 1920, o recorte das fronteiras do Líbano, decretado pelo general Gouraud, “na impossibilidade de atender às tradições e desejos das populações, favoreceu as clientelas religiosas da França, a começar pelos cristãos libaneses, que lhe haviam finalmente inculcado a ideia do Grande Líbano” [desmembramento de territórios da Síria que incluíam populações maronitas, muçulmanos sunitas e xiitas, alauitas e drusos, NdT].

A fragmentação comunitária do país torna-se institucional, preservando ou mesmo reforçando o poder das grandes famílias feudais. Uma das grandes “realizações” do colonialismo francês foi o desenvolvimento da educação profissional privada, essencialmente católica, em detrimento da educação pública que permanecerá quase inexistente. As estradas, as infraestruturas, foram organizadas para atender as exigências coloniais.

Os “interesses” da França no Líbano, que hoje se concentram no mercado da reconstrução do porto de Beirute, sempre foram forjados com base no “dividir para conquistar”.

No momento em que estas linhas são escritas, soubemos que o governo libanês, presidido por Hassan Diab, acaba de renunciar. As renúncias em cascata, desde a explosão, de ministros e deputados que participam do jogo de poder há anos, foram vistas como farsas pelos manifestantes libaneses. O governo francês apelou à constituição urgente de um novo

governo para realizar “reformas”.

Para todas as grandes potências é necessário preservar o regime, maquiando-o, em resposta ao atual processo revolucionário que quer derrubá-lo. As grandes potências estão aterrorizadas diante do risco de queda do regime, diante de uma revolução no Líbano e suas consequências para toda a região e para além dela.

Para os libaneses, que se abstêm cada vez mais maciçamente nas eleições, não haverá a mínima mudança no país sem a instauração de um Estado laico e sem mudança radical das atuais regras, e da segmentação eleitoral, que garantem a representação no parlamento das comunidades religiosas e das “grandes famílias” que as estruturam.

Trechos de artigo de François Lazar, com correspondentes no Líbano, concluído em 10.08, às 18h00, e publicado no jornal francês *Informações Operárias*.



“TODOS ELES TÊM QUE SAIR, E QUANDO DIZEMOS TODOS, ISSO SIGNIFICA TODOS!”

Extrato da intervenção de Khadije el Husseini, militante libanesa, durante reunião do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Cili), realizada em Paris, em 30 de novembro de 2019.

“A mobilização revolucionária do povo libanês não tem precedentes porque ela rejeita a fragmentação da sociedade entre xiitas, sunitas, cristãos, drusos, em todas as dezoito comunidades, cada uma com suas regras, seus esquemas, seus privilégios. Este sistema foi posto em prática pelo colonialismo francês para dividir os libaneses. Os manifestantes dizem: nós somos um único e mesmo povo. O repúdio ao sistema é total e derrubou um Primeiro Ministro.

Nós somos um único e mesmo povo!

Apesar da brutalidade das milícias comunitárias, os libaneses não recuam (...). Não haverá nenhum governo de salvação nacional no Líbano baseado no sistema comunitário. Tudo o que os governantes estão fazendo hoje é impedir a afirmação dos libaneses que dizem: nós somos um só povo. É por isso que uma reflexão está se desenvolvendo cada vez mais: precisamos de uma Assembleia Constituinte soberana, para refundar tudo, para construir a nação de todos os libaneses e de todas as libanesas, onde a religião se tornará um assunto privado, onde as mulheres terão igualdade de direitos com os homens, onde não haverá mais corrupção nem favoritismo. Os libaneses, como os povos de todo o mundo, querem poder decidir e controlar suas próprias vidas. Queremos acabar com a ingerência estrangeira, queremos terminar com a herança do colonialismo francês, queremos acabar com o poder religioso, o poder dos bancos, acabar com as máfias. Queremos direitos iguais e para isso todos têm que sair do poder, e quando dizemos todos, isso significa todos (...)!”

BOLSONARO E TEMER, HUMANITÁRIOS?

O que dizer da nomeação de Michel Temer para chefiar a missão dita humanitária do governo brasileiro ao Líbano?

A decisão foi tomada por Bolsonaro após teleconferência com Macron, o presidente francês. Macron lidera a operação das potências estrangeiras que visa a garantir a continuidade do corrupto sistema político local, subordinado aos planos de ajuste do FMI, que impõe sofrimentos ao povo libanês.

Temer-Bolsonaro são parte dessa operação. Outra coisa não se poderia esperar dessa dupla de golpistas lesa-pátria, privatizadores, destruidores do serviço público e dos direitos dos trabalhadores brasileiros.